

Presentes de final de ano: um alerta às regras de compliance nas empresas

Antonio Carlos Hencsey (*)

O recebimento de gratificações tem grades chances de ser visto como propinas

A troca de presentes e entretenimento pode fortalecer as relações comerciais, mas por outro lado o envio de regalos e divertimentos, como jantares e idas a shows ou peças teatrais, podem criar, ou aparentar, influências inadequadas no ambiente de trabalho. Todo cuidado é pouco ao receber mimos do parceiro ou fornecedor, uma prática muito comum que ocorre agora, principalmente, durante as festas de fim de ano.

Tudo porque o recebimento de gratificações tem grades chances de ser visto como propinas, capazes de manchar a reputação e destoar as disposições do código de normas e condutas éticas da companhia. É importante ressaltar que itens promocionais de baixo valor, tais como canetas, calendários, blocos de anotações ou outros brindes menores, que normalmente possuem a logomarca da empresa, não se encaixam na categoria de gratificação indevida.

Aqui é falado de presentes de alto valor, que superam as cifras de 150 reais e que podem influenciar a objetividade do presenteado quando for tomar uma decisão comercial. Alguns cuidados podem (e devem) ser tomados para que as empresas sigam suas regras de ética e compliance sem apresentar grosseria no momento do recebimento do presente em face ao período de festividades.

1. Reforce com todos os colaboradores as políticas de oferta e recebimento de gratificações estabelecidas pela sua empresa. Delimite um preço para os presentes a serem recebidos. Por exemplo, itens acima de R\$ 100 já são considerados fora do

padrão de item promocional de baixo valor;

2. Proponha conversas sobre o porquê da oferta de presentes. Faça reflexões com a equipe a fim de identificar qual a motivação de quem presenteia. Interesse comercial ou apenas um ato de agradecimento por mais um ano de parceria?

3. Deixe claro que mesmo que o profissional acredite ser isento ou não influenciável pelo recebimento de alguma gratificação, somos seres humanos. Não existe neutralidade total nas relações interpessoais. Sempre algum viés ou vínculo é estabelecido com esta ação;

4. Sabemos que a alta direção, em alguns casos, recebe presentes como forma de reforçar vínculos estratégicos para a organização, mas estes também devem seguir as políticas estabelecidas. Lembre-se: o exemplo vem de cima. Ao receberem os presentes é preciso, de forma explícita, que seja cumprido os procedimentos padrão, deixando clara a importância que esta prática tem para a empresa;

5. Valorize os profissionais que agirem da forma certa. As pessoas podem sentir que estão perdendo algo ao negarem um presente ou entregarem o item para a área responsável. Demonstre ao colaborador a importância de cumprir as normas éticas da organização e fortaleça a conduta do funcionário para as outras pessoas da empresa.

(*) - É líder de prática de Ética & Compliance da Protiviti, consultoria global especializada em finanças, tecnologia, operações, governança, risco e auditoria interna (www.protiviti.com).

Crime de responsabilidade por omissão

Ag.Câmara



Coutinho: crime apenas se afetar as pessoas nos seus direitos políticos, individuais, sociais ou trabalhistas.

A Comissão de Trabalho da Câmara aprovou o projeto do deputado Ezequiel Fonseca (PP-MT), que inclui entre as condutas passíveis de crime de responsabilidade a omissão na edição de decreto exigido por lei. O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Augusto Coutinho (SD-PE), que concordou com o argumento de que a recusa injustificada na edição de decreto constitui agressão ao exercício do Legislativo que aprovou a lei, mas fez reparos à proposta.

Para ele, a questão temporal não pode ser usada como único argumento para processar um presidente da República ou um governador pela não edição de decreto. Segundo o relator, alguns assuntos são complexos

e exigem mais tempo para serem corretamente regulamentados. Além disso, em algumas situações o adiamento do regulamento afeta mais o funcionamento da própria máquina administrativa do que a sociedade como um todo.

Como solução, ele propôs que o crime de responsabilidade ocorrerá se não for editada norma regulamentadora administrativa em prazo superior um ano (ou outro estipulado em emenda constitucional ou lei) e apenas se afetar as pessoas nos seus direitos políticos, individuais, sociais ou trabalhistas. A proposta será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça. Depois, o texto vai ao Plenário (Ag.Câmara).

Arquitetos e urbanistas reivindicam mais espaço na administração pública

O Congresso Nacional promoveu na sexta-feira (15) uma sessão solene em homenagem ao Dia do Arquiteto e aos seis anos de fundação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR)

O Dia do Arquiteto é comemorado em 15 de dezembro pois neste dia, em 1907, nasceu Oscar Niemeyer, o profissional brasileiro da área mais reconhecido em todo o mundo.

O plenário do Senado ficou lotado de arquitetos e urbanistas que acompanharam a sessão, além de representantes do CAU-BR e de Conselhos estaduais e ligados. O presidente do CAU-BR, Haroldo Pinheiro, lembrou a relevância que possui a atuação das duas categorias em algo crucial para o país, que é a efetivação e melhoria de padrões coletivos de qualidade de vida relacionados às políticas públicas para as cidades.

Dentro deste contexto, ele lamentou que ainda hoje muitos gestores públicos dispensem a atuação dos arquitetos e urbanistas nos processos licitatórios, lembrando que nestes processos se tomam decisões



O plenário do Senado ficou lotado de arquitetos e urbanistas que acompanharam a sessão.

que afetam diretamente a vida dos cidadãos. O senador Hélio José (Pros-DF) ressaltou que é presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura, e neste contexto colocou seu gabinete e assessoria à disposição do CAU-BR na proposição e defesa de matérias legislativas de interesse das categorias.

A sessão foi presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que leu uma mensagem do presidente do Senado e do Congresso, Eunício Oliveira, em que ele ressalta que a qualidade da Arquitetura moderna brasileira é reconhecida em todo o mundo, sendo simbolizada especialmente por Brasília e nas

obras geniais de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. O deputado Rôney Nemer (PP-DF) presidiu parte da sessão e defendeu que a legislação determine critérios puramente técnicos para que gestores e executores de políticas públicas, nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, possam tomar posse de seus cargos.

Senado devolve R\$ 203 milhões à União

O Senado vai devolver R\$ 203 milhões à União. A informação foi passada durante a sessão deliberativa da quinta-feira (14) pelo presidente Eunício Oliveira. O dinheiro é um sobra resultante das medidas de economia e racionalização de gastos adotadas pela Presidência do Senado ao longo de 2017. Eunício afirmou que, além de cumprir o teto de gastos, as medidas administrativas permitiram a realização de investimentos necessários, como nas áreas de tecnologia, comunicação e infraestrutura.

Disse ainda desejar que os recursos sejam usados nas três maiores prioridades da população brasileira: saúde, educação e segurança. "Aqui faço um alerta aos ministros da Fazenda e do Planejamento para que seja viabilizado o aproveitamento desse dinheiro em aporte nas áreas indispensáveis, e não para fazer superavit fiscal", destacou. O valor a ser devolvido equivale a 47% das despesas não-obrigatórias — a parte do Orçamento em que o Senado tem autonomia para gastar —, que somam R\$ 432,9 milhões.

Do total de R\$ 203 milhões, R\$ 117 milhões são recursos próprios do Senado — oriundos de receitas da Gráfica, receitas por uso de espaço e da venda da folha de pagamento —, R\$ 35 milhões referem-se à redução da contribuição previdenciária patronal em razão de aposentadorias e R\$ 51 milhões dizem respeito a medidas de economia e racionalização de gastos — que equivalem a 12% das despesas não-obrigatórias.

Ao fazer um balanço sobre as atividades da Casa em 2017, o presidente disse que uma de suas prioridades foi manter o equilíbrio entre as instituições para que os Senado fosse respeitado e ouvido pelo presidente da República, pela Câmara, pelo STF, pelo Ministério Público e outras instituições. Ainda, segundo Eunício, o Senado finalizou 2017 com suas prerrogativas respeitadas e asseguradas (Ag.Senado).

Moreira Franco: convicção de que reforma será aprovada

O ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República, Moreira Franco, afirmou sexta-feira (15), na capital paulista, ter absoluta convicção de que o governo conseguirá obter os votos necessários para aprovar a Reforma da Previdência. Pelos últimos cálculos já estão garantidos 280 votos e o restante será fruto das conversas do presidente Temer junto aos parlamentares.

"Uma característica do governo Temer é a capacidade de diálogo e busca de entendimento. O ambiente no país mudou muito com relação à Previdência. Já há uma compreensão de que o problema é grave, com consequências danosas, sobretudo para aqueles que são mais debilitados do ponto de vista de renda, emprego e social", disse aos jornalistas após participar do Fórum Avançar Cidades, na sede da editora Abril.

Moreira Franco ressaltou que as mudanças já foram feitas. "Não vai constar da



Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, participa do Fórum Avançar Cidades.

emenda nenhuma referência aos trabalhadores rurais. Eles vão continuar exatamente como estão. Da mesma maneira que os idosos e as pessoas com deficiência terão a mesma realidade que têm hoje. Os direitos adquiridos também serão respeitados", disse o ministro.

Para ele, não há grandes mudanças a serem feitas no texto, porque as questões

essenciais já estão presentes. "Não se constrói uma sociedade democrática com tantos privilégios e diferença entre os que ganham mais e os que ganham menos no sistema previdenciário. Os que ganham mais se aposentam mais cedo, têm vencimentos reajustados a vida inteira e são os que têm expectativa de vida maior" (ABR).

Prisão específica para militar, policial ou bombeiro

A Comissão de Defesa Nacional da Câmara aprovou proposta que garante ao militar condenado ser encarcerado em prisão militar. A garantia vale também para prisões provisórias, em flagrante, por crime comum ou militar e para policiais e bombeiros militares. Caso a sentença cause a exclusão do militar da força à qual pertence, ele deverá permanecer em cela especial de presídio convencional, mas sem contato com os demais presos.

O comandante da instituição é o responsável por conduzir a prisão contra o militar condenado. Somente em caso de flagrante, a prisão poderá ser feita por policial civil. Nessa situação, o preso deverá ser encaminhado para a autoridade militar mais próxima no menor prazo possível. O texto aprovado é um substitutivo do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) que engloba a proposta principal, que trata dos



Subtenente Gonzaga: é preciso criar medidas que preservem a vida e a integridade dos militares.

integrantes das Forças Armadas, e do projeto apensado, que trata dos bombeiros e policiais militares.

"A preocupação com a segurança de nossos militares, federais ou estaduais, justificava-se em vista do que temos presenciado em nosso País",

disse Subtenente Gonzaga. O relator lembrou que só em 2017 já houve mais de 100 policiais militares mortos no estado do Rio de Janeiro. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. Depois, o texto segue para o Plenário (Ag.Câmara).

Delegacias para idosos em cidades com mais de cem mil habitantes

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara aprovou o projeto que torna obrigatória a criação, nos municípios com mais de cem mil habitantes, de delegacias especializadas em crimes contra os idosos. Em cidades maiores, a previsão é de que haja uma delegacia para cada cem mil habitantes. As despesas da implantação

dos estabelecimentos correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento estadual.

Segundo o texto, as delegacias atenderão prioritariamente o idoso vítima de abuso físico, moral ou econômico. A proposta prevê ainda serviço de proteção psicológica e dependência apropriada para pessoas com necessidades especiais. O texto foi apresentado

pelo deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO) e recebeu parecer pela aprovação a relatora, deputada Leandre (PV-PR). Ela lembrou que as delegacias especializadas são criadas em razão do tipo de crime ou da pessoa, como a repressão a homicídios ou a proteção de mulheres e crianças. "A existência de tais delegacias objetiva proporcionar um atendimento mais persona-

lizado, onde haja acolhimento por pessoas de mesma condição, por exemplo, o atendimento de mulheres por mulheres ou de idosos por policiais igualmente idosos", observou. A proposição tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pelas comissões de Segurança Pública; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).